

Questões sobre uma cultura periférica

Luiz Costa Lima

1. No Brasil, a cultura nunca foi questão prioritária. Ao contrário, a simples enunciação da palavra provoca uma sensação de enfado e mal-estar. O termo 'cultura' era e é indicativo de um discurso vazio, próprio para aborrecidas cerimônias de que socialmente não se pode escapar.

Seria demasiado otimismo supor que a situação tenha mudado: ela está enraizada nos usos e práticas da sociedade. Considerem-se a propósito as programações televisivas: em contraste com o tempo concedido aos temas econômicos e a seriedade com que são tratados, à cultura reserva-se um tempo curto, recheado de informações leves e anedóticas. A situação é ainda mais desastrosa nos jornais, em que encolhem ou simplesmente desaparecem os suplementos culturais, sob a alegação – suponhamos justa - de que são páginas caras, pois não comportam publicidade, e de poucos leitores. Não será possível determinar se foi a sociedade que passou a dispensar menor atenção ao espaço da cultura em favor do econômico ou, ao invés, se a iniciativa coube aos programadores mediáticos. O fato é que passamos a viver dentro da drástica dicotomia entre a seriedade com que a economia é tratada e a superficialidade reservada ao cultural. É neste sentido que nos anima a esperança de que esta série de debates possa encaminhar para um ambiente de mudança. Por isso ainda insistimos no ponto acima levantado: para que os temas culturais possam sair da situação constrangedora que se tem agravado nas últimas décadas, será preciso tomar-se consciência da dicotomia com que a cultura passou a ser tratada. Melhor ainda: que esta dicotomia não se funda na natureza das coisas senão que atua como boomerang sobre a própria sociedade. Queremos dizer: se ninguém contesta que os problemas e soluções econômicos e político-econômicos são os primeiros que devem

preocupar na construção de uma sociedade, é tempo de se entender que seu alcance será restrito caso não se estenda ao campo da cultura; pois sem esse prolongamento as melhorias econômicas alcançadas não sairão de um circuito fechado: que farei com meu melhor salário se não ou empregá-lo em meios que o façam render ou na compra de produtos que favoreçam o meu bem-estar? O circuito fechado no econômico termina por prejudicar o próprio econômico, pois, progressivamente, a sociedade só se interessando pelo que veja em termos de lucro ou de bem-estar individual, se descuidará de tudo mais que não entre neste circuito estreito. Isso é bem compreendido pela indústria, cujas fábricas se acompanham de centros de pesquisa que visam ao desenvolvimento de seus produtos. Em troca, mesmo nas sociedades metropolitanas, já se acusa o caráter cada vez mais superficial da produção cultural. O que então dizer das sociedades que ficaram atrás, se não que são motivadas a investir apenas no aumento de renda e de conforto? Com isso, fica travada a vontade de melhoria, transformação e mudança das próprias atividades econômicas. Contra pois a dicotomia que tem se incorporado ao cotidiano contemporâneo, deve-se lembrar que a cultura é um universo de vasos comunicantes, em que a própria economia se integra. Tratar o econômico como um mundo auto-suficiente, incapita a sociedade de pensar que seus problemas não se esgotam no planejamento econômico. Que o problema médico, por exemplo, não se resolve apenas considerando-se o lucro das companhias que gerem os planos de saúde; que um conflito político tão-só se agrava se um dos pólos leva em conta apenas seu poder militar e as vantagens que teria em se apossar das terras do inimigo. Como estes exemplos recentes nos mostram, a falha de ambas as considerações resulta de se ignorar que planos de saúde e conflitos políticos exigem ser vistos dentro de um espectro mais amplo que o da mera consequência econômica.

Estas considerações não de ser vistas como um mero preâmbulo às reflexões que se seguem. Por elas, estaremos concretizando três

princípios acima enunciados: (a) se é verdade que nenhuma ponderação sobre a cultura pode prescindir do lastro econômico que a acompanha, (b) o universo da cultura, em troca, não é monocausalmente determinado pelo econômico; (c) é a sociedade como um todo que sofre tanto pela exclusividade economicista, como por uma intolerância culturalista. Talvez por influência da antiga nobreza, quando a burguesia se tornou detentora do poder, tornou-se freqüente que os círculos intelectuais se pensassem a si mesmos como uma aristocracia do espírito, que desprezava o cotidiano e as atividades materiais como indignas de sua consideração. Hoje, obviamente, já não se pode pensar assim. O parâmetro econômico cria a sua própria aristocracia, da qual passa a depender a sobrevivência de todas as atividades que não favoreçam a sua lógica do lucro.

2. A partir das últimas décadas do século XX, tornou-se freqüente a referência à globalização do mundo. Embora, originalmente, a expressão tivesse um significado econômico, dando a entender que o mundo se tornava um mercado livre de protecionismos, logo globalização do mundo adquiriu um uso mais amplo: também a cultura se globalizaria, i.e., deixaria de ser privilegiada aquela simplesmente oriunda dos centros capazes de impor seus produtos.

Uma primeira formulação em favor da efetividade da globalização da cultura era formulada em 1993, por um ensaísta colombiano, Carlos Rincón, há muitos anos radicado na Alemanha (cf. Rincón, C.: 1997, 179-198). Consideremos suas afirmações fundamentais:

(...) Na América Latina, o fenômeno de maior destaque cultural nos anos de 1980 foi a mudança na vida social provocada pela introdução de novas tecnologias eletrônicas nos mass media, enquanto parte das conseqüências culturais gerais da transformação técnica da comunicação social. Ao mesmo tempo, as sociedades latino-americanas eram também gradualmente percebidas como parte de um mercado cultural em processo de industrialização e globalização. Uma das marcas básicas deste processo foi o surgimento de culturas urbanas sem memória territorial, agora diretamente ligadas aos meios áudio-visuais (Rincón, C.: 1993, 181)

Tal reconfiguração provocaria três conseqüências básicas: (a) “(...) Fundada na idéia de unidade, a nação é um modelo social que simplesmente não se adapta aos começos do século XXI” (idem, 189); (b) “em nossos dias, o tradicional e o moderno já não são opostos entre si e a divisão entre alta cultura, cultura popular e cultura industrial, enquanto categorias exclusivas e fechadas, não tem sentido (ibidem, 195); (c) como partes de uma cadeia de alterações, essas mudanças provocariam, de sua parte, uma de alcance maior: a oposição entre centro e margens, cujo auge coincidiu com o alto modernismo, entre finais do século XIX e primeiras décadas do XX, teria perdido validade e “as correntes do capital cultural” desmontariam a “secular relação de desigualdade” entre as produções culturais do centro e das margens. Por conseguinte, a afirmação que Albert Memmi fizera há poucas décadas – “Todo povo colonizado – i.e., todo povo dentro do qual nasceu um complexo de inferioridade, por efeito da extinção (mise au tombeau) da originalidade cultural local – situa-se em face da linguagem da nação civilizadora, i.e., da cultura metropolitana” (Memmi, A.: 1952, 14) – teria se tornado uma denúncia ociosa. A globalização, em suma, traria a produção proveniente de um continente marginalizado, a América Latina, para o centro do interesse mundial, assim como, em termos mais amplos, romperia a oposição tradicional entre culturas alta e baixa.

Nada, portanto, poderia ser mais otimista. No entanto, talvez o autor tire suas conclusões demasiado depressa. Para Rincón, a oposição entre alta cultura e cultura industrial, de que os meios áudio-visuais são bastante significativos, seria coisa do passado. Mas, diria de minha parte, a oposição tem significados diversos conforme o encaremos do ponto de vista do centro ou da periferia. No centro, seja a Europa metropolitana – reduzida, como sabemos, a alguns países da Europa Ocidental - seja os Estados Unidos, a chamada alta cultura preserva suas condições de produção e circulação; na periferia, ao contrário, sua sobrevivência se torna ainda mais problemática do que era, em conexão com a precariedade progressiva das instituições universitárias, isso quando seus produtos não são substituídos por obras da mais grosseira divulgação – aprenda Aristóteles em cem

minutos - e dirigidas ao público áudio-visual. Acrescento, pois: se é justo afirmar-se que a desarticulação de uma cultura essencialmente letrada provocou uma certa abertura para produtos culturais provenientes das margens – Rincón destacava os romances de García Márquez e a telenovela brasileira – o resultado final parece contraditório: ao passo que o barateamento dos meios de reprodução cultural e o desenvolvimento dos áudio-visuais fizeram com que um membro da alta cultura – a ficção de García Márquez – circulasse e fosse reconhecido tanto nas margens como no centro, na própria periferia, o estímulo se concentrou no cinema comercial, que explora em estilo de Hollywood as misérias locais, reunindo o sentimental com o sensacionalista, no romance documental e nos dramas seriados, de que a telenovela é apenas um gênero.

Daí deriva uma pergunta que já nos afasta do âmbito de indagação de Rincón: por que a mudança técnico-mercadológica apenas parcialmente reconfigura a oposição entre centro e periferia? De maneira mais direta: por que o centro pode se retroalimentar com a produção das margens, ao passo que estas cada vez mais se contentam com a produção do divertimento diluído? Para desenvolvê-la, usarei de início uma pequena e rica reflexão do sociólogo de formação fenomenológica Alfred Schütz, que, por sua data de formulação, 1944, não tinha a preocupação que lhe emprestamos.

3. Em “The Stranger”, Schütz se propunha como pergunta: que peculiaridade apresenta a conduta de um forasteiro que procura interpretar o padrão cultural de um grupo outro, em que busca se integrar. Sintetizo sua argumentação.

A dificuldade em que se encontra o forasteiro tão-só exacerba a situação conhecida por todos os homens em seu cotidiano. Ela começa a se esclarecer quando se reconhece que o saber que nos guia é (a) incoerente, (b) só parcialmente claro, (c) não livre de contradições. Os três traços se explicam de uma só vez:

É incoerente porque os interesses individuais que determinam a relevância dos objetos para indagação posterior não estão integrados em um sistema coerente. (...) Em sua vida diária, o homem só parcialmente está interessado (...) na clareza de seu conhecimento. (...) Além do mais, não busca a verdade e não se indaga pelo correto. (...) Seu conhecimento, por fim, não é consistente. Pode, ao mesmo tempo, considerar como igualmente válidas declarações que, de fato, são incompatíveis. Como pai, cidadão, empregado, membro de uma igreja pode ter as opiniões mais diversas e menos congruentes em materias de moral, política e economia (Schütz, A.: 1944, 94)

Tais características têm como denominador comum que a meta geral do homem, em sua vida diária, é “pensar (e atuar) como sempre se fez”. O que significa a busca de manter utilizável o estoque de receitas a que, se for possível, sempre recorrerá. O embaraço próprio do forasteiro consiste em que suas receitas não se conciliam, se não têm sentidos opostos, com as do grupo em que procura se incorporar. Como “túmulos e lembranças não podem ser transferidos, nem conquistados” (idem, 97), estabelece-se entre o forasteiro e o grupo outro uma descontinuidade inevitável. O obstáculo permanecerá até que o forasteiro consiga fazer suas as receitas do outro.

Tudo isso é simples e não menos precioso. Mas seu ponto fraco consiste em que não considera de onde vem o forasteiro e onde se encontra o grupo outro. Por não o fazer, Schütz tomava a situação do forasteiro-diante-de-um-grupo-outro como sempre idêntica a si mesma. Ao contrário, haveria de se distinguir se os personagens, o forasteiro e o grupo outro, pertencem a uma sociedade central ou periférica. Para não encompridar a conversa, deixemos de lado nossos personagens e pensemos, em termos mais abstratos, no que diferencia as expectativas dos membros de uma sociedade central ou periférica, em face da produção e da recepção culturais provinda de si mesma ou de outra sociedade. Antes de fazê-lo, contudo, precisamos mostrar o que distingue uma sociedade central (ou metropolitana) de uma periférica (ou marginal).

4. Definimos um lugar – propositalmente não falamos em nação ou Estado-

nação - como central ou periférico em função de duas variáveis: (a) trata-se de um lugar que possui ou não possui uma situação política-econômica estável, (b) da qual resulta um sentimento de confiança ou de insegurança quanto a seus valores ou, usando o termo de Schütz, receitas. Muito embora fosse necessária uma indagação mais cerrada, contentemo-nos em acrescentar: a variável (b) não supõe necessariamente a vigência de (a). Como nos mostraria a análise da situação alemã durante a República de Weimar (1918-1933), a crise econômica sucessiva à derrota na 1ª Grande Guerra e a instabilidade política que antecedeu a ascensão do nazismo não impediram que este fosse um dos períodos mais férteis da produção intelectual da Alemanha. A própria insegurança político-econômica funcionava como acicate para a procura de novas soluções. Assim não se teria dado porque, entre a segunda metade do XVIII e a primeira do XIX, a produção intelectual alemã difundira um sentimento de confiança suficiente em seus valores e receitas? Não foi nesta mesma medida que, a história alemã desconhecendo a autonomia de sua burguesia, a frustração com um governo liberal-democrático favoreceu o advento nazista? O que nos é valioso no exemplo é assinalar que o econômico se relaciona com o estabelecimento de valores e receitas, mas não de maneira determinística. Passemos então ao esboço do que mais nos importa.

4. Tratamos de definir, embora esquematicamente, a produção e a recepção a partir de um lugar central, para, a seguir, distingui-las das que se cumprem a partir de um lugar marginal. Quatro situações serão diferenciadas, duas para cada caso, a primeira sendo negativa e a segunda, positiva, sem que elas possam ser sobrepostas.

Para alguém que cresceu e se formou em um lugar metropolitano, a socialização se processa sob a confiança na eficácia dos marcos (valores e receitas) internalizados. O que quer dizer: para o indivíduo central, os marcos aprendidos podem ser usados sem discussão, automaticamente. Daí resulta a primeira maneira como ele pode operar no cotidiano, tanto em relação aos outros membros de seu grupo, como em relação aos

estrangeiros. Esta maneira se caracteriza pela automatização dos marcos do grupo de referência. Assim, o que até à metade do século XX era privilégio de franceses e ingleses, hoje se torna característica dos norte-americanos (e não só de seus turistas): a suposição de que, em todas as partes do mundo, lhes será suficiente o uso de sua língua e de seus padrões de conduta para que se comuniquem e lhes seja reconhecida qualidade. Seguro a seus próprios olhos, o metropolitano tende, ademais, a tornar-se impermeável ao lugar diverso em que se encontra. Para ele, no melhor dos casos, este assumirá o caráter de um exótico domesticado. Face ao outro, a conduta automatizada provoca a neutrallização das diferenças e, em conseqüência, a mesmidade do mundo.

Já o segundo modo tem um perfil radicalmente diverso: valores e receitas – ou até mais os primeiros que os segundos – passam a ser questionados, sem que se possa dizer que assim sucede simplesmente porque o metropolitano tenha aderido aos marcos de outra comunidade. Seja por vicissitudes de sua biografia, seja por efeito do etos de sua profissão, o agente metropolitano torna-se consciente de suas respostas automatizadas; sofre o que, nos casos relevantes, se poderia chamar de uma epifania leiga. Sua sensibilidade e consciência se modificam, sem que, necessariamente, ele se torne um extranho, um outsider, a seu grupo de referência. Em vez de automatização, aí falaremos em uma conduta caracterizada pela exploração dos limites dos valores que haviam sido internalizados. É essa exploração que torna o agente metropolitano, potencialmente, criador. Ele assim passa a ver o que antes dele não se via ou em seu próprio mundo ou no mundo de outra cultura. No primeiro caso, tenderá a incorporar a seu próprio mundo experiências do mundo de fora (Picasso e a arte africana), no segundo, a introjetar no mundo do outro um padrão comparativo com o seu próprio – Gregory Bateson e o confronto da cultura de Bali com a ocidental.

Passemos ao exame do agente periférico. Caracterizando-se o lugar periférico pela experiência básica de insegurança político-econômica face ao portador de marcos estáveis, o comportamento do agente periférico se

define por sua tendência à imitação. Em Minima moralia, Adorno observava, entre os estudantes negros de economia em Oxford e os historiadores da arte e musicólogos de origem pequeno-burguesa, a inclinação em unir o novo a “um imoderado respeito pelo estabelecido, pelo vigente e reconhecido” (Adorno, T. W.: 1951, # 32, 60). Tão importante como a observação é, no entanto, o título que dava ao item: “Die Wilden sind nicht bessere Menschen” (“Os selvagens não são homens melhores”). Mesmo supondo seu tom irônico, seria de se perguntar: quem supõe que o sejam senão aqueles que mantenham estável a crença no homem natural de Rousseau?! Em um só exemplo, vemos constatada a tendência à imitação dos periféricos e a manutenção das receitas automatizadas por um pensador do porte de Adorno.

Outro caso mostra de maneira mais viva a presença da tendência imitativa. Em suas memórias, Edward Said conta de sua educação secundária no Cairo. Como seu pai, além da nacionalidade palestina, tinha direito ao passaporte norte-americano e pertencia à burguesia com dinheiro, o jovem Edward podia estudar nas escolas inglesa e norte-americana. As brigas que tinha com seus companheiros de idade seriam normais se estes não fossem filhos de ingleses, norte-americanos e canadenses. O memorialista relata uma delas. O adversário, um menino belga-americano, estava a ponto de ganhar e Edward, de declarar-se vencido. Neste preciso momento, porém, escuta a voz de um dos espectadores que lhe adverte que o adversário está à beira de desistir (is straining). Edward ouve, reage e ganha. O que importa do acidente é a reflexão, feita tantos anos depois, pelo autor:

A sensação completa que tive foi de minha incômoda identidade (my troublesome identity) como um norte-americano dentro da qual se ocultava a identidade árabe, da qual não tirava forças mas sim aturdimento e mal-estar” (Said, E.: 1999, 90, grifo meu).

A figura da dupla identidade ressaltada pela memória de Said nos é preciosa. Estar submetida a ela, significava para o menino Edward a

adoção embaralhada de dois modelos de conduta: a identidade com o grupo forte era internamente corroída por sua identificação com o grupo fraco. Daí a inclinação por superestimar a força do adversário, se este trazia inequívoca a marca de sua pertença ao lugar metropolitano. Noutras palavras, próximo a se declarar vencido, o menino da identidade confusa tendia a imitar a conduta dos periféricos, i.e., a se ter por derrotado. Mas o fato de haver sido capaz de ouvir a advertência do espectador e reverter o resultado da luta nos assinala que esta não é a única conduta reservada aos periféricos. Como a segunda se especifica? Ela é semelhante à alternativa de que os agentes metropolitanos dispõem por ser também positiva, mas dela se distingue por seu modo de atuação. Ela se define por operar uma explosão de limites. Considere-se um pequeno exemplo. Partindo do Bildungsroman goethiano, que estimulava a identificação do leitor com o protagonista, Kafka viria a explorar ironicamente essa confluência e, tomando o paradoxo como procedimento de base, terminaria por fazê-lo explodir. Deste modo, era o próprio horizonte de expectativas de seu receptor que perdia o chão. Kafka joga, portanto, com as expectativas de raiz iluminista de seu leitor e as subverte.

Em síntese, pois: temos o seguinte quadro:

Possibilidades abertas para o agente central (ou metropolitano)

(a) Tendência à conduta automatizada, com a conseqüente neutralização da diferença;

(b) Tendência à exploração dos limites de seus próprios marcos, que, no entanto, se mantêm como um solo orientador

Possibilidades contrapostas para o agente periférico (ou marginal)

(a') Tendência imitativa, com a conseqüente fragilidade ante suas possibilidades

(b') Tendência à explosão dos limites de seus marcos, com a consequência de que o agente lança-se frontalmente contra as expectativas de seu receptor.

Resta assinalar que as quatro posições, separadas duas a duas, não são absolutamente idênticas. É o que mostrará o item seguinte.

5. As posições assumíveis pelos agentes metropolitano e periférico não são paralelísticas e, por conseguinte, não são superponíveis. É fácil compreendê-lo se comparamos (a) e (a'). Igualmente negativos, a eles cabem com perfeição o que Schütz observava quanto à maneira como os grupos humanos atuam em relação às suas receitas. É o seu próprio modo de atuação que difere: se a conduta automatizada “resolve” de antemão a questão da alteridade, excluindo-a, a conduta imitativa difere por sua tendência inclusiva: o metropolitano, em princípio, tem a resposta mais adequada. Mas que diremos de (b) e (b')? Embora talvez sua compreensão não seja tão imediata, também eles acentuam a assimetria entre centro e periferia. Ao contrário do que afirma Rincón, o “capital cultural” não elimina a oposição entre centro e margens. Enquanto a exploração de limites oferece a seu agente uma margem de segurança, a possibilidade, portanto, de manter o pé em terra firme, a explosão de limites supõe uma descontinuidade constante, a necessidade de sempre partir do ponto zero. Por isso, Sérgio Buarque de Holanda dizia, ainda em 1940, que “nossa literatura (...) até agora tem evoluído menos por progressão continua do que por meio de revoluções periódicas” Holanda, S. B. de: 1966, I, 274). Ora, que são revoluções periodicamente constantes senão revoluções que não se completam, que se destróem umas às outras, cuja herança não passa de um acúmulo de ruínas? Forçado pela insegurança de seu meio, tentado pela imitação que sobrepaira sobre seu grupo de referência, o que explode os limites paga sua ousadia com a própria pele: seu reconhecimento é indefinidamente postergado ou depende de que o alcance a partir de fora. Em ambos os casos, é facilmente esquecido ou

considerado peça para museu.

Assim, portanto, a negação aqui praticada tanto das explicações deterministas como do otimismo nas virtudes do Mercado global não deve ser substituída por um ilusionismo ingênuo ou por considerações meramente ideológicas. Habitantes de um continente periférico, devemos reconhecer que nossos instrumentos de atuação cultural são desiguais. Eles se tornam mais ainda ante a dicotomia de que partimos: a seriedade com que se encaram os problemas de política econômica e a superficialidade com que se enfrentam as questões de ordem cultural. Reconhecê-lo será apenas dar o primeiro passo para um empreendimento que não podemos saber onde chegará.

6. O item anterior enfrentava a questão da assimetria cultural tematizando-a em frente internacional. De modo ainda mais curto, acrescentemos que a assimetria duplica sua presença na própria frente interna. I.e., um lugar periférico tampouco é uno pois se reduplica a si mesmo, destacando uma parte sua como metropolitana, em relação à qual as demais são vistas como periféricas. No caso brasileiro, o centro por definição se define como São Paulo; com um pouco de boa vontade, é ele estendido até o Rio de Janeiro. Belo Horizonte e Porto Alegre aparecem como estações retransmissoras, digamos, de primeiro grau, ao passo que o resto do país é visto simplesmente como marginal. Cria-se, portanto, dentro do próprio pólo mundialmente inferiorizado uma infernal hierarquia de posições. A consequência desta disposição é nos tornarmos mais distantes do reconhecimento da assimetria que nos marca e debilita. Toda medida que procure apenas diminuir a assimetria interna está votada a ter pouco efeito se não implicar ações derivadas de uma reflexão muito mais drástica: a de que as soluções econômicas serão limitadas se mantiverem a dicotomia, cada vez mais estimulada pelos media, entre o econômico e o cultural. Em termos práticos, isso significaria dizer: o problema da dívida brasileira quanto aos credores estrangeiros há de ser enfrentado conjuntamente ao enfraquecimento das universidades e a carência gritante de nossas

bibliotecas. Enquanto não virmos a seriedade que envolve a questão fundamentalmente cultural, continuaremos a nos defrontar com o modo de atuação de instituições culturais fundadas recentemente, como prolongamento de estabelecimentos industriais de êxito: seus sites e revistas são tão coloridos como indigentes, pois parecem partir do princípio de que fazer mais do que isso seria oferecer uma demanda para a qual não há consumo. Limitamo-nos deste modo a uma triste opção: ou nos contentamos com as revistas universitárias, normalmente rotineiras e antiquadas ou recorremos à estilização do vazio. Lembro apenas o contraste com o modo de atuação de instituições estrangeiras semelhantes: ao passo que nossas programações culturais têm o caráter de diluição charmosa, a Fundação Volkswagen, na Alemanha, durante anos financiou um encontro transdisciplinar de que se originou a série Poetik und Hermeneutik, cujo conhecimento é hoje indispensável e a Siemens patrocina uma cátedra em universidade alemã, para a qual são convidados especialistas tanto nacionais como estrangeiros, seguindo uma prática que, como se sabe, é mais do que usual nas universidades norte-americanas.

Em suma, assim como o problema da educação não se resolve melhorando o nível do ensino médio, tampouco o problema da cultura é sequer reconhecido quando se estimula a divulgação da cultura popular. Não se discute a necessidade de ambas, mas sim sua suficiência. Ao contrário, tomá-las como bastantes é consequência – tanto mais forte quanto menos consciente - da oposição que estabelecemos entre economia e cultura, a qual, de sua parte, cria maior entrave para que pensemos sobre a assimetria que nos entorpece e achata. Para que cogitemos em rompê-la precisamos levar em conta que, vasos comunicantes, os circuitos econômico e cultural têm modos de atuação bem distintos. A meta do primeiro é imediata ou tende a sê-lo, ao passo que a meta da cultura só muito raramente o é. Por isso, enquanto a importância das questões econômicas é auto-evidente, a questão da cultura, para a maioria das autoridades políticas, tende a parecer ornamental ou simplesmente enfadonha. Todos sabemos que a greve, em uma empresa comercial ou

que visa ao atendimento do grande público, é uma medida extrema, que, ao menos numa sociedade democrática, impõe dos empresários ou dirigentes uma solução rápida. Em uma instituição que visa à cultura, o problema assume diverso perfil. Uma comparação curiosa apresenta o estímulo à circulação do livro em plano internacional. Ao passo que o protecionismo do Estado à produção de bens agrícolas ou industriais provoca a justa demanda judicial das nações que se julgam prejudicadas, o estímulo pelo mesmo Estado da tradução de obras de seu país é extremamente bem vista no estrangeiro. Inúmeras são as obras francesas e alemães que seriam desconhecidas sem a colaboração de órgãos especializados neste trabalho. Já o conhecimento desta diferença de condutas adequadas se converte em lembrança dolorosa ao pensarmos na universidade pública brasileira. O desprestígio que cerca seu exercício torna a prática da greve algo que ocioso. Arrastam-se durante meses, sem que, muitas vezes, sequer a imprensa as noticie. Sem dúvida, a dívida do país ou o preço das ações na bolsa de valores não é afetado por elas. Mas que não se perde ante as pesquisas que atrasam, a motivação de alunos e professores que se dissipa e a seqüência de aulas que rompe seu ritmo?

Observo por fim que me dispus a estas observações preliminares sob a suposição de que nosso encontro seja a oportunidade de começarmos a romper com uma situação que nos torna cada vez mais distantes de uma vida intelectualmente ativa. Caso não o façamos, teremos afinal de nos contentar com a diminuição do número dos analfabetos, das crianças de rua, dos desempregados e dos sem profissão. Tudo isso, por certo, são medidas de urgência. Permanecem contudo distantes do que ainda se há de fazer.

Rio, agosto, 2004

Referências bibliográficas

Adorno, T. W.: Minima moralia (1951), Surhkamp Verlag, Frankfurt a.M., 1993

Holanda, S. B. de: “Poesia e crítica”, incluído em O Espírito e as letras: estudos de crítica literária, 2 tomos, A. Arnoni prado (ed.), Companhia das Letras, São Paulo, 1996

Memmi, A.: Peau noire, masques blancs (1952), Seuil, Paris, 1971

Rincón, C.: “Streams out of control: the latin american plot” (1993), in Streams of cultural capital, D. Palolmbo e H. U. Gumbrecht (eds.), Stanford University Press, Stanford, Ca., 1997

Said, E.: Out of place (1999), Vintage Books, New York, 2000

Schütz, A.: “The Stranger” (1944), incluído em Collected papers, II, Martinus Nijhoff, Haia, 1971